

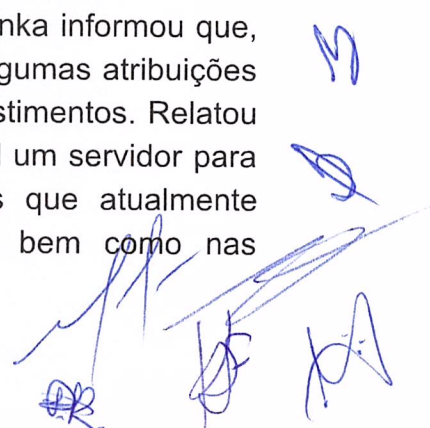
**BCPREVI - Ata de Reunião Ordinária - 011/2021 - Comitê de Investimentos:
23 de Novembro de 2021.**

ASSUNTOS A SEREM DELIBERADOS E ABORDADOS NA REUNIÃO:

1. Leitura da ata anterior;
2. Pró-gestão nível II - atribuições do comitê;
3. Compra dos Títulos Públicos Diretos - *status* processo;
4. Aplicações pré aprovadas em reuniões anteriores (manutenção).
5. Continuidade da exposição em IMAs vencimentos longos;
6. aplicação em Fundo Passivo Ibovespa, CEF e Bradesco;
7. Fundo FIP Kinea, análise LDB;

DAS DELIBERAÇÕES:

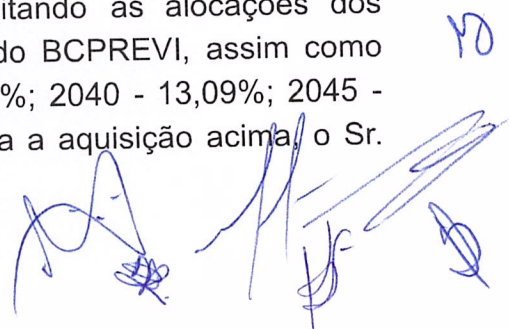
Iniciou-se a reunião às 10:10h do dia 23 de novembro de 2021, na sede do Instituto de Previdência - BCPREVI, com a presença dos membros: Kalinka, Denise, Sidnei, Nilto, Guilherme, Maurino e Suzana. A Presidente do BCPREVI, Sra. Kalinka Floriano Peteres, saudou a todos e deu por iniciada a reunião. Sra. Denise pediu a palavra para informar que estava esperando uma ligação da Secretaria da Previdência - SPREV, e que teria que se ausentar quando a ligação ocorresse para tratar de assuntos relacionados ao CADPREV, visto que este tem datas específicas para serem tratadas. O Sr. Sidnei, de posse da palavra, realizou a leitura da Ata da reunião ordinária de outubro e da reunião extraordinária realizada no início de novembro, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos membros presentes. **(Pauta 02)** Sra. Kalinka de posse da palavra, informou a todos que convocou a servidora Elisa Traple Sprotte, para fazer um relato dos problemas que vem ocorrendo quando do envio do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos de Recursos - DAIR, que atualmente é enviado por ela. A Sra. Kalinka informou que, com a intenção do BCPREVI de aderir ao Pró-gestão nível II, algumas atribuições têm a necessidade de serem repassadas a este Comitê de Investimentos. Relatou que tem a intenção de conseguir junto a Administração Municipal um servidor para atuar no suporte à este Comitê, nas diversas necessidades que atualmente sobrecarregam o corpo técnico do BCPREVI e ao Comitê, bem como nas



atribuições que a cada vez mais surgem em virtude de demandas legais e de suporte às decisões deste órgão colegiado deliberativo. Porém, sabe-se da dificuldade em conseguir servidores qualificados e disponíveis para incorporar o corpo de servidores do BCPREVI. Sendo assim, faz-se necessário que os membros deste comitê assumam algumas destas atribuições, sendo de imediato a realização, manutenção e envio do DAIR, e do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, junto ao CADPREV, da Secretaria da Previdência - SPREV. A Sra. Elisa, de posse da palavra, informou que a partir de outubro está habilitada nova forma de envio do "DAIR", dentro do Cadprev. Repassou campo por campo do demonstrativo, os problemas atuais de preenchimento que necessitam de atenção deste comitê, e se colocou à disposição para ajudar neste primeiro momento para esclarecimento de dúvidas. O Sr. Sidnei de posse da palavra comentou que esta nova tarefa se faria positiva para os membros deste comitê a acompanhar ainda mais de perto a carteira do BCPREVI, bem como, facilitará o controle e elaboração dos credenciamentos das Instituições financeiras e dos fundos de investimentos. Sugeriu ainda que fosse dividido entre os membros as tarefas e que fossem distribuídas as responsabilidades pela alimentação do sistema por bancos, sendo disponibilizado os extratos mensalmente junto à pasta "Comitê de Investimentos" no "Drive", compartilhado por todos. A Sra. Denise sugeriu que os primeiros trabalhos fossem realizados todos em conjunto para aprendizado e alinhamento das etapas.

(Pauta 03) Antes de adentrar a pauta três especificamente, o Sr. Sidnei de posse da palavra atualizou a todos quanto aos saldos em fundos atrelados em CDI posicionados em 22 de novembro de 2021: (Banco do Brasil = conta 65.000-5, R\$ 1,3 milhões); (Caixa Econômica Federal = conta 8-2, R\$ 0,4 milhões); (Itaú = conta 51.000-8, R\$ 21,7; conta do aporte nº 61.343-0, R\$ 12,2 milhões); total aproximadamente de R\$ 35,6 milhões, os quais podem ser utilizados para novas alocações na carteira. O Sr. Sidnei, destacou as deliberações na reunião extraordinária quanto às compras de títulos públicos e os níveis de compra previamente aprovados, porém, frisou que tais níveis de preços podem não serem alcançados, caso a curva de juros futuros tenha atingido seu máximo no ano e não volte a subir. Desta forma, considerando que qualquer taxa de juros acima de "ipca+5%" já é interessante para a carteira de investimentos do BCPREVI, por bater a meta atuarial do ano que vem, sugeriu-se, que mantenha-se as deliberações realizadas na reunião extraordinária, Ata nº 011/2021, mas que se dê o prazo de até o dia 10 de dezembro para o atingimento do nível de "ipca + 5,50%", e caso este não seja alcançado, se faça mais uma compra de R\$ 10 milhões, ao melhor preço que encontrar desde que acima de "ipca + 5,00%". Todos os presentes por unanimidade concordaram com a sugestão, e assim ficou aprovado nova compra dos títulos públicos para marcação na curva, respeitando as alocações dos vencimentos dos títulos conforme o estudo de "ALM" do BCPREVI, assim como ocorreu na primeira compra: 2030 - 6,29%; 2035 - 9,76%; 2040 - 13,09%; 2045 - 19,93%; 2050 - 21,78%; 2055 - 29,16%. Após aprovada a aquisição acima, o Sr.

10



Sidnei, comentou que o comitê precisa se preparar, reservando recursos, para caso as taxas abram bastantes, e os títulos venham a serem negociados a taxas acima de “ipca + 6%”, e desta forma realizar uma aquisição mais volumosa de título públicos para marcação na curva a integrar a carteira do BCPREVI. Tais taxas seriam muito atrativas, visto que estariam protegendo o capital do BCPREVI com uma rentabilidade relevantemente acima da meta atuarial. O Sr. Maurino perguntou o que poderia ocorrer caso a meta atuarial no futuro venha a se elevar acima dos percentuais atualmente negociados dos títulos públicos? O Sr. Sidnei, relatou que este questionamento também havia sido levantado no treinamento realizado no Instituto de Previdência de Itajaí, no mês passado e, os participantes foram tranquilizados pelos instrutores, visto a necessidade do comitê trabalhar com as informações que possuem hoje, no presente, sem tentar prever o futuro, e trabalhando conforme as circunstâncias forem se apresentando, sempre se preservando com o máximo de transparência e zelo pelos recursos do RPPS. O Sr. Sidnei sugeriu que fosse estudado a realização de resgates parciais e progressivos junto aos fundos de renda fixa “ativos”, presentes na carteira que estejam positivos no ano e em 12 meses, para a reserva de recursos em “CDI”, para a aquisição sugerida acima. Todos concordaram com a sugestão, porém se estudará melhor quais fundos e os valores para a estratégia supracitada. **(Pauta 04)** Passando para a próxima pauta do dia, foi deliberado sobre as aplicações periódicas já pré-aprovadas nas reuniões anteriores que são sempre reavaliadas mensalmente quanto à sua pertinência. Foi apresentada a tabela de fluxo de aplicações, as quais possuem estratégias de alocações progressivas e constantes na busca por melhorias nas cotas médias de alocações visando o resultado no longo prazo. Analisou-se aplicação por aplicação anteriormente aprovada para confirmação de sua pertinência quanto a sua manutenção, bem como também quanto à origem de seus recursos. Chegou-se ao final na aprovação por unanimidade nas aplicações conforme tabela abaixo: -----

APLICAÇÕES PRÉ-APROVADAS - Sujeitas a reavaliações mensais			
R\$ 200.000,00	Itaú Soberano RF Simples LP FICFI - cnj 06.175.696/0001-73	Itaú Ações Momento 30 II FICFI - cnj 42.318.981/0001-60	012/2021
R\$ 200.000,00		Itaú FOF RPI Ações Ibovespa Ativo FICFI - cnj 08.817.414/0001-10	003/2021
R\$ 200.000,00		Bahia AM Valuation FIC de FIA cnj 09.635.172/0001-06	003/2021
R\$ 200.000,00		Moat capital Advisory FIC FIA cnj: 35.354.967/0001-56	003/2021
R\$ 200.000,00		BTG Pactual Absoluto institucional FIQ FIA- cnj 11.977.794/0001-64	003/2021

R\$ 200.000,00	Caixa FI Brasil Ref.DI LP - cnpj 03.737.206/0001-97	FIA Caixa Construção Civil cnpj 10.551.375/0001-01	003/2021
R\$ 200.000,00		FIA Caixa Consumo cnpj 10.577.512/0001-79	003/2021
R\$ 200.000,00	Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cnpj 06.175.696/0001-73	Bradesco FIA Selection CNPJ: 03.660.879/0001-96	003/2021

Neste mês, foi relatado um problema quanto ao percentual de alocação total em Investimentos no Exterior, art. 9º da Resolução nº 3.922/2010. O limite máximo estabelecido na resolução e na política de investimentos do BCPREVI de 10% foi superado, impedindo assim, momentaneamente, neste mês, que mantivéssemos a estratégia de constante alocação fracionada nos ativos presentes neste enquadramento. O Sr. Sidnei relatou que o desenquadramento se deu em virtude das constantes quedas de rentabilidade dos ativos de renda fixa, e bolsa Brasil, diferentemente dos ativos do exterior que vem em progressiva rentabilização positiva, o que ocasionou a maior representatividade percentual destes ativos na carteira do BCPREVI. Espera-se que, com o fechamento do mês de novembro, estes ativos já estejam re-enquadrados, visto a tendência da carteira de renda fixa dar um respiro no positivo, considerando que os juros de 10 anos, vem caindo neste mês, o que favorece a carteira visto sua grande exposição em IMAs. Sendo assim, por consenso foi aprovada a retirada das aplicações pré-aprovadas em fundo do exterior enquadrados no art.9º da Resolução nº 3.922/2010. As aplicações junto aos fundos ativos de Bolsa Brasil, por unanimidade foram mantidos, e em virtude do índice Ibovespa ter caído 22% desde do topo histórico, foi dobrado o valor para aplicação em relação aos valores que vinham sendo realizados, considerando a melhora que estes podem trazer ao preço médio de cotas dos fundos visando a rentabilização no longo prazo. A origem para as aplicações foram os fundos atrelados ao "CDI", da Caixa Econômica Federal e do banco Itaú, reservados especificamente para estas alocações nestes momentos de queda do mercado.

(Pauta 05) Nesta pauta, foi tratado sobre a continuidade da exposição em fundos indexados ao "IMA" com vencimentos mais longos. Sr. Sidnei apresentou gráfico de juros "Brasil 10 anos" e mostrou a abertura atual da taxa de juros, a qual, em linha com o discutido na pauta nº 10, da reunião ordinária do mês passado, ata nº 010/2021, 009/2021, e nº 008/2021; mantêm-se os fundamentos daquelas decisões, fazendo todo sentido continuar o mesmo ritmo de aplicações, expondo-se a títulos de vencimentos mais longos. Os fundamentos que embasam estas contínuas aplicações vem em linha com a intenção de comprar títulos públicos para marcar na curva, com diferença de que se fará mediante a aquisição de cotas de fundos de investimentos indexados ao IMA-B5+, aos quais são marcados-a-mercado e podem sofrer com maiores volatilidades, diferentes da aquisição direta dos Títulos Públicos que serão marcados na curva. Com posição em 31/10/2021, a atual posição em

fundos de “Ima-B5+”, era de R\$ 12.795.195,20, 2,08% da carteira total. Percentual muito pouco representativo na carteira, e por isso a sugestão de ampliação gradual desta posição visando o fechamento da curva em um cenário de longo prazo. Após debate sobre a situação econômica atual do Brasil, inflação e tendências para a taxa Selic neste ano e ano que vem, bem como o impacto político das eleições de 2022 nestes indicadores, por consenso, foi aprovado a manutenção da seguinte alocação. -----

APLICAÇÕES PRÉ-APROVADAS - Sujeitas a reavaliações mensais			
R\$ 200.000,00	Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cnpj 06.175.696/0001-73	FI Caixa Brasil IMA-B 5+ TP RF LP - cnpj 10.577.503/0001-88	008/2021
R\$ 500.000,00		Bradesco Institucional FICFI RF IMA-B 5+ - cnpj 13.400.077/0001-09	008/2021
R\$ 1.000.000,00	Itaú Soberano RF Simples LP FICFI - cnpj 06.175.696/0001-73 - Conta Aporte, ag. 1412; c/c 61.343-0	BB Prev RF IMA-B5+ TP FI (CNPJ: 13.327.340/0001-73) (C/C nº 328818-8 Aporte)	010/2021

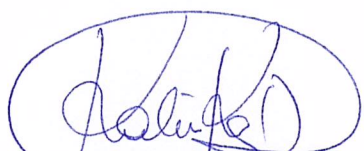
A origem dos recursos para as aplicações foram dos fundos indexados ao “CDI” junto ao banco Itaú, com a observância da segregação conta dos recursos do aporte para cobertura de déficit atuarial. **(Pauta 06)** Superando a pauta anterior, o Sr. Sidnei apresentou o gráfico histórico do Ibovespa, e informou que desde o topo histórico do dia 07 de junho de 2021, aos 131.190,30 mil pontos, o índice já havia caído 22%, proporcionando a oportunidade de nova alocação junto aos fundos passivos “Ibovespa”. Apresentou tabela histórica demonstrando as operações de compra e venda junto ao fundo Bradesco FI em Ações Ibovespa Plus”, a qual foram utilizadas para aproveitar os momentos de volatilidade da bolsa brasileira para fazer compras de cotas deste fundo visando a realização de lucros quando este rentabilizar acima de 10%. Na tabela apresentava nove operações que vêm sendo realizadas desde dezembro de 2018, ao todo já foi realizado lucro de R\$ 2.058.080,52 para a carteira, demonstrando o sucesso da estratégia. Atualmente este fundo recebeu um aporte de R\$ 1.000.000,00 em outubro, e sugere-se nova aplicação visto que os preços continuam sendo atrativos para a estratégia. Ainda foi sugerido nova aplicação junto ao fundo passivo Ibovespa da Caixa Econômica Federal, a qual, diferente do fundo citado anteriormente, não tem a intenção de realização de lucros no curto prazo e sim aproveitar os momentos de queda do Ibovespa para novas entradas visando a evolução do mercado de bolsa brasileira no longo prazo. Diante do exposto, por unanimidade foi aprovada a nova aplicação conforme tabela abaixo para continuidade nas estratégias supracitadas, com origem dos recursos do fundo “CDI” do Itaú. -----

Fundos Passivo Ibovespa		
VALOR	RESGATE	APLICAR


1.000.000,00	Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cnpj 06.175.696/0001-73	Bradesco FIA Ibovespa Plus - cnpj 21.595.829/0001-54
500.000,00		FIA Caixa Brasil Ibovespa - cnpj 13.058.816/0001-18

(Pauta 07) Neste item, foi tratado da pauta nº 07 adiada da reunião ordinária do mês passada, análise do fundo “Kinea Private Equity V Feeder”, e sua possível inclusão à carteira. A Sra. Denise informou a todos que a assessoria de investimentos do BCPREVI, LDB Empresas Ltda, realizou a análise do fundo, a qual consta “apto para receber aplicações”. Depois de debater os pontos favoráveis e desfavoráveis, concluiu-se por unanimidade não ser o melhor momento para aplicar em um ativo deste segmento “FIP - Fundo de Investimentos de Participação”, visto o momento da economia real não ser propício, e pela oportunidade que os títulos públicos estão trazendo a carteira em pagar taxas acima da meta atuarial com o menor risco do mercado. Nada mais tendo a tratar, Sra. Kalinka agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 11:50h. Eu, Sidnei Luiz Riquetta, lavrei esta ata que segue assinada por mim e pelos demais membros participantes.

Assinaturas – membros integrantes do Comitê:



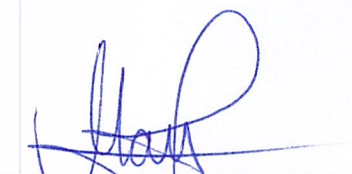
Kalinka Floriano Peteres



Denise Ronchi Francez



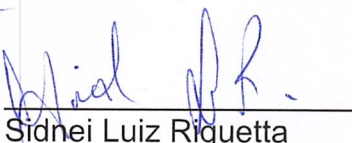
Guilherme Maciel Mafra



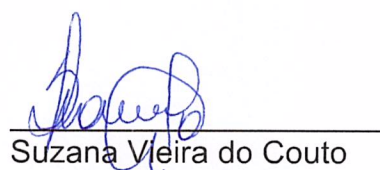
Maurino A.V. Junior



Nilto Assis Coppi Junior



Sidnei Luiz Riquetta



Suzana Vieira do Couto